

--- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Modificação aos Documentos Previsionais da Câmara Municipal – Primeira Revisão;-----

--- Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal – Acertos de Gestão;-----

--- Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento de Apoio a Instituições com Intervenção de Âmbito Social;-----

--- Ponto número cinco – Autorização de contratação de financiamento bancário da Óbidos Requalifica E.E.M., para conhecimento;-----

--- Ponto número seis – Apreciação e eventual aprovação da Adesão à Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste – Carta de Compromisso;-----

--- Ponto número sete – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

--- Ponto número oito – Período fora da ordem do dia.-----

--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte, Vitor Paulo Herculano Rodrigues, Hernâni José Leal Pedras e José Luís Rocha de Oliveira, o qual foi substituído pelo Senhor Deputado Alexandre dos Santos Ferreira.-----

--- Como faltou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a mesma ficou constituída, nos termos do Regimento, pelo Senhor Deputado Frederico Manuel de Sousa Garcia, Primeiro Secretário, que presidiu aos trabalhos e pelo Senhor Deputado Floriano Rodrigues de Almeida, Segundo Secretário.-----

--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, lendo a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta dos Senhores Deputados Floriano Rodrigues de Almeida, à sessão de vinte e dois de Dezembro de dois mil e oito, de José Luís Rocha de Oliveira e de Vitor Paulo Herculano Rodrigues, à sessão de vinte e oito de Fevereiro do corrente ano. Esta correspondência foi colocada à disposição dos Senhores Deputados para consulta.--

-- PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da carta da Senhora Deputada Anabela Corado, na qual informa que vai exercer funções de Vereadora em Regime de Substituição, no período de seis de Janeiro a dois de Fevereiro de dois mil e nove. Esta carta foi remetida aos serviços jurídicos para emissão de parecer. Os serviços

jurídicos dizem que a Senhora Deputada se colocou numa situação de incompatibilidade legal, porque ninguém pode desempenhar os dois cargos ao mesmo tempo. Tem que optar entre uma das duas situações, sendo tal facto reportado à Igal, caso assim o entenda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. A Senhora Deputada Anabela Corada respondeu dizendo que nos termos da Lei a substituição opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao Presidente do Órgão respectivo, na qual são indicados os respectivos início e fim. Propôs que o assunto acabasse aqui, dado que estava resolvido.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que não exerceu as funções cumulativamente. A Lei diz que basta uma simples comunicação, tendo feito a mesma. Comunicou à Comunidade Intermunicipal do Oeste a sua impossibilidade, não tendo comparecido às reuniões. Está-se a fazer tempestade num assunto que não tem relevância e importância. Enumerou alguns casos de incompatibilidade que se passaram na Assembleia Municipal. O assunto reduz-se a uma questão jurídica e que está a ser aproveitado para levantar suspeição sobre determinadas pessoas.-----

---O Senhor Deputado Albino Sousa disse que a Senhora Deputada Anabela Corado detectou que houve anomalias jurídicas, as quais devia ter evitado. O PSD não vai fazer aproveitamento político da situação.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que não há incompatibilidade.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que havia risco de incompatibilidade se a Senhora Deputada tivesse pedido a suspensão do mandato. Ou é uma questão jurídica ou é uma questão política. Se é uma questão política que se avance para o Ministério Público.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que não pode ser considerada uma questão política. Propôs que o assunto acabe aqui.-----

--- Como nenhum Deputado se opôs, foi o assunto dado por acabado e encerrado.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que já por várias vezes a Câmara e o seu Presidente se sentiram incomodados pelo PS ter suscitado algumas questões. O PS começou a pedir esses esclarecimentos pela via normal, com alguma antecipação relativamente a tomadas de posição públicas. Houve problemas com questões de legitimidade e de linguagem que ficaram resolvidas. A Câmara, apesar de ser solicitada a prestar algumas informações, continua a não querer fazê-lo. Assim, pediu informações sobre o parque tecnológico de Óbidos e sobre a deterioração da eco-pista.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse que se devia fazer uma diferenciação entre o que é o PS e o que é que são os Deputados eleitos pelo PS. Não gosta de confundir partidos com órgãos autárquicos. Deve ser informado da composição dos órgãos do PS e legitimidade dos dirigentes partidários, porque não conhece. A informação que tem é que não existem órgãos constituídos do PS em Óbidos. Gostaria que houvesse algum rigor. A Câmara não tem nenhuma obra de infraestrutura no parque tecnológico. A

única obra que tem é um acesso, uma passagem superior. As obras de infraestruturas são da empresa Óbidos Requalifica. A separação das coisas é fundamental para preservar o rigor. A empresa municipal terá todo o gosto em responder por escrito, e de uma forma rigorosa. Um regulamento de uma empresa municipal não tem que ir a uma Assembleia Municipal. Só vai para dar conhecimento. Deu uma explicação sobre o desenvolvimento do parque tecnológico e a alienação de lotes. Sobre a eco-pista da Várzea disse que será intervencionada quando o tempo o permitir.-----

--- A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que têm todo o interesse em que o parque tecnológico funcione bem. É uma matéria política. Estão empenhados nas infraestruturas que podem trazer investimento em recursos humanos e materiais para o Concelho. Não existe comissão política do PS eleita em Óbidos. Existe uma comissão administrativa, pela qual é responsável.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho perguntou se os requerimentos do PS são enviados para a Câmara e esta reencaminha-os para as empresas, ou se vão directamente para as empresas. Falar do parque tecnológico é para o PS uma questão de estratégia.----

--- O Senhor Deputado Albino Sousa disse que os Deputados do PS de Óbidos estiveram ausentes no debate sobre a Lagoa, o que demonstra, com bastante relevo, que para o PS este problema não é uma prioridade. O Senhor Deputado Luís Carvalho, ao longo dos três anos e meio de mandato, e quando tem oportunidade, dá sempre uma ferroada na bancada do PSD, que é composta por pessoas honestas, sérias, pensam por eles. O Senhor Deputado não conhece a maioria das pessoas da bancada do PSD.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que veio nos jornais que o Senhor Vereador José Machado ofereceu as verbas referentes às suas senhas de presença a duas instituições. Duzentos contos à Santa Casa da Misericórdia e duzentos contos aos Escuteiros. Tem honra e orgulho que esteja com eles. Sobre o Tribunal de Contas disse que se deve aprender com o que se passou com a auditoria, para evitar que casos semelhantes se voltem a repetir. O relatório pediu para serem cumpridas uma série de recomendações, designadamente o controle dos telemóveis, a gestão do abastecimento de combustíveis, e para serem informados das mesmas. Perguntou se as recomendações foram tidas em conta, se o controle já foi feito e se o Tribunal de Contas já foi informado. Perguntou se o problema dos Bombeiros já estava resolvido, porque o quartel foi construído em terreno alheio, bem como o problema do direito de superfície. Lembrou que o terreno do antigo quartel pertencia aos Bombeiros, tendo a Câmara publicitado a instalação de um projecto de inovação para aquele local. Quer evitar que se levante outro imbróglio. O PS já se tinha pronunciado sobre os protocolos assinados com os Bombeiros. Perguntou porque é que o Senhor Presidente da Câmara não fez nada para que o hospital fique no nosso Concelho, ou se fez, que o diga. Sobre o rigor dos órgãos autárquicos disse que é preciso ter a noção de não virem com a teoria de que no Concelho e nos órgãos do Concelho tem de ser tudo apartidado, porque cada um tem

que ter os seus pontos de vista, as suas ideias e as suas estratégias. Sobre as empresas disse que são as mesmas que têm que decidir os contratos de empreitada.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse que seguiram todas as recomendações do Tribunal de Contas, as quais foram comunicadas ao mesmo. Se o Senhor Deputado tivesse mostrado o conhecimento sobre os terrenos e a informação que revela, em vez de terem apoiado os Bombeiros com subsídios, poderiam ter comprado o terreno. Sobre o hospital disse que defende, defenderá e trabalhará sempre em prol das populações do Concelho de Óbidos. Ficou a saber que a Senhora Deputada Cristina Rodrigues não preside a um órgão, mas a uma comissão administrativa. Metade do eleitorado do PS votou nas listas do PSD nas últimas eleições. É bom saber o que representam, em nome de quem é que falam, porque muitas das vezes arrogam-se num sentido de representação que efectivamente não têm.-----

--- A Senhora Deputada Cristina Rodrigues lamentou a última intervenção do Senhor Presidente da Câmara sobre as questões do PS. Essa informação foi prestada através de correio electrónico que tiveram ocasião de trocar. Ficou a saber que por razões de ordem política não houve eleições em Óbidos. Existe uma comissão administrativa, da qual é responsável, com muita honra. Trabalhará arduamente e fará todo o seu melhor para garantir a democraticidade da gestão e da administração deste Concelho. Assumiram os resultados eleitorais e representam aqueles que votaram neles.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que o PS tem feito perguntas sobre o parque tecnológico, que acredita serem bem intencionadas. O que deve ser avaliado é a execução da infraestrutura e nesse sentido concorda com a sua implementação que é adequada. O parque tem de correr bem. As Câmaras têm obrigação de proporcionar os meios. Acredita que o PS não faria depender o sucesso das obras na sua execução. Comunicou que tiveram duas Assembleias na Comunidade Intermunicipal que correram muito bem. A Mesa da Comunidade tem elementos dos três partidos e o tempo das intervenções é consoante o número de eleitos. Ainda bem que na Assembleia Municipal de Óbidos não é assim.-----

--- O Senhor Deputado Rogério Pinto disse que o terreno e o antigo quartel nunca foram dos Bombeiros. Houve uma deliberação camarária, houve uma publicação em Diário da República, mas nunca houve qualquer escritura. Lembrou que a construção do quartel foi feita na altura do vinte e cinco de Abril. Soube que não havia escritura quando foi Presidente dos Bombeiros. Não houve vontade do PS em resolver esta questão.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse, em relação aos Bombeiros, que foi bom recordar que se passaram vinte ou trinta anos e não se resolveu nada. Foi importante para as populações o investimento que se fez na construção do novo quartel. Há um congelamento sobre vinte e tal anos de responsabilidade do PS, que nem resolveu o problema administrativo, nem resolveu o problema de substância de criar uma obra desta envergadura. Se os Bombeiros fossem titulares da obra e do terreno, teriam tido a

solução de como financiar os mesmos. Cair em cima do Executivo Municipal é muitas das vezes cair em cima dos interesses das populações.-----

--- O Senhor Deputado Frederico Garcia disse que o quartel foi começado a construir em mil novecentos e setenta e cinco e foi inaugurado em mil novecentos e setenta e sete, exactamente na data do quinquagésimo aniversário da Associação. Está grato à Câmara pela ajuda prestada e aproveitou o tempo para escrever a história dos Bombeiros.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que não se pronuncia sobre os pontos dois, três, quatro e cinco da ordem de trabalhos, por ter participado na sua votação em sede de Sessão de Câmara.-----

--- PONTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL – PRIMEIRA REVISÃO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil cento e setenta e seis, de quatro de Fevereiro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Modificação aos Documentos Previsionais da Câmara Municipal – Primeira Revisão.---

--- Como não houve intervenções, foi a Proposta de Modificação aos Documentos Previsionais da Câmara Municipal – Primeira Revisão, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL – ACERTOS DE GESTÃO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil cento e setenta e quatro, de quatro de Fevereiro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal – Acertos de Gestão.-----

--- Como não houve intervenções, foi a Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal – Acertos de Gestão, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE APOIO A INSTITUIÇÕES COM INTERVENÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil cento e setenta e cinco, de quatro de Fevereiro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração ao Regulamento de Apoio a Instituições com Intervenção de Âmbito Social.-----

--- Como não houve intervenções, foi a Proposta de Alteração ao Regulamento de Apoio a Instituições com Intervenção de Âmbito Social, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO CINCO – AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE

FINANCIAMENTO BANCÁRIO DA ÓBIDOS REQUALIFICA E.E.M. PARA

CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número novecentos e cinquenta e quatro, de vinte e seis de Janeiro do corrente ano, remetendo para conhecimento, Autorização de Contratação de Financiamento Bancário da Óbidos Requalifica E.E.M..-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que foram confrontados com o orçamento para dois mil e nove e a Câmara tem dado nota da sua satisfação por ter o maior orçamento de sempre do Município de Óbidos. Este pedido de empréstimo da Óbidos Requalifica, no valor de um milhão e meio de euros, para fazer face a algum tipo de despesas que têm a ver com o desenvolvimento das infraestruturas do parque tecnológico, põe em crise a folga financeira e orçamental que a Câmara apresentou. É contraditório que seja no ano em que a Câmara tem o maior orçamento de sempre, que a Óbidos Requalifica necessita de ir à banca pedir um empréstimo de longo prazo. O PS deseja que a Câmara tenha o maior nível de recursos para fazer face às necessidades do Concelho, mas tem de facto a maior das reservas de que o valor dos quarenta e dois milhões de euros se venha a confirmar. Perguntou de quem é a responsabilidade de a Óbidos Requalifica ter de recorrer a empréstimos bancários.-----

--- O Senhor Deputado Alexandre Ferreira disse que o Senhor Deputado Luís Carvalho fez, mais uma vez, confusão entre a empresa e a Câmara. O orçamento de quarenta e dois milhões de euros é da Câmara. O da empresa é mais pequeno, na ordem de um milhão de euros, um milhão e pouco. Estão a construir as infraestruturas do parque tecnológico, no valor de um milhão e meio de euros. A Lei não permite que a Câmara empreste dinheiro. Havia um compromisso da parte da CCDR em fazer uma contratualização com a Cimoeste até final do ano para que permitisse que os fundos comunitários fossem disponibilizados à Câmara no início de Janeiro. Essa contratualização foi feita, mas, segundo sabe, há ordens para que haja atrasos na execução dos programas operacionais. A Câmara nunca mais vai receber os novecentos e cinquenta mil euros que estão incluídos na contratualização. Com esse dinheiro faziam face aos compromissos e não necessitavam de fazer um financiamento.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara lembrou que uma das heranças que receberam foram dois milhões e meio de euros de empréstimos, para construção de um estádio de futebol. Desses empréstimos o Município já amortizou cerca de quatro milhões de euros, nos últimos sete anos. A empresa decidiu fazer a contratação deste empréstimo. Não tem nada a ver com a Câmara. Se for preciso a Câmara vai ao banco para pagar às empresas. O que for pedido tem um período de amortização de dois anos. Negoceiam a longo prazo, mas querem amortizar o mais cedo possível, para tentarem ter o menor encargo financeiro. Logo que venham os fundos do QREN amortizam, logo que comecem os

contratos de vendas vão amortizar. As obras não vão parar.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a Óbidos Requalifica está a pedir um empréstimo de um milhão e quinhentos mil euros, mas segundo o Senhor Deputado Alexandre Ferreira, a contratualização de novecentos e cinquenta mil euros bastaria para não ter que se recorrer ao empréstimo. Existe uma contradição. Se esse valor é suficiente, então que se peça um empréstimo de novecentos e cinquenta mil euros.-----

--- O Senhor Deputado Alexandre Ferreira disse que os novecentos e cinquenta mil euros davam para pagar os primeiros autos. O resto do dinheiro provem da venda de terrenos. Não é correcto a empresa ir ao banco e não pedir dinheiro para fazer face a todos os compromissos que assumiu. Os novecentos e cinquenta mil euros permitiam gerir a tesouraria nesta altura. Vão utilizar o dinheiro à medida das necessidades.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-

--- PUNTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA ADESÃO À AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO OESTE – CARTA DE COMPROMISSO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos,

número mil seiscientos e trinta, de dezassete de Fevereiro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Adesão à Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste – Carta de Compromisso.-----

--- Como não houve intervenções, foi a Adesão à Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste – Carta de Compromisso, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO SETE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que o documento realça o valor da dívida a fornecedores.-----

--- O Senhor Vereador Humberto Marques disse que a Câmara está com uma média de pagamentos de cinquenta e quatro dias. Os autos de recepção que a Câmara tem, neste momento, são suficientes para fazer aumentar o valor da dívida corrente.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que esperava que viessem indicados os números dos processos que estão no Tribunal Administrativo de Leiria a respeito dos Gs, bem como o estado dos mesmos e de outros.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse que os números dos processos iriam ser enviados.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que a informação escrita do Presidente da Câmara está expressa na lei geral do país. Ai vem explicado o

que cada uma deve trazer. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que desse ordens aos serviços para que cumpram o que está legislado.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-

--- PONTO NÚMERO OITO – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA: - Foi dada a palavra aos Munícipes presentes. O Munícipe Senhor Engenheiro Luís Salles, na qualidade de Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Óbidos disse que vai ser mandatado para proceder à escritura do terreno onde está o novo quartel dos Bombeiros. Estão gratos à Câmara e à família Gama que vai fazer a doação desse terreno através da Câmara Municipal. Esse terreno foi prometido doar à Câmara como equipamento. Por diversas vicissitudes, por problemas de penhoras, essa situação nunca se conseguiu concretizar. Só em Janeiro do corrente ano é que o terreno passou a pertencer à Senhora Dona Maria Luísa Gama Homem de Barros, sessenta por cento, e às outras quatro primas. Passou a ser de cinco proprietários, pelo que se vai conseguir proceder à escritura. No dia cinco de Março vai ser mandatado, em conjunto com o Vice-Presidente, para fazer a escritura, que se supõe ser no dia dez de Março do corrente ano. Este processo foi sempre acompanhado pela Câmara, na tentativa de resolução do assunto, tendo inclusive proposto comprá-lo.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e quinze minutos do dia vinte e oito de Fevereiro do corrente ano. E eu, Floriano Rodrigues de Almeida, Segundo Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----